



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO II - Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão XX/2019 (Procedimento Administrativo SEI 0005970-34.2019.6.12.8000) que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral - MS e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Pelo presente instrumento, a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, Órgão Gerenciador de Registro de Preços, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ nº 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, com fundamento na Lei n. 8.666/1993 e Decreto n. 7.892/2013, resolve celebrar a presente **Ata de Registro de Preços** com o objetivo de eventual contratação de **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO PARA ESTAGIÁRIOS** pelo TRE/MS, órgão gerenciador, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão n. xx/2019.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1 A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar o prêmio máximo mensal por segurado referente à contratação de **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO PARA ESTAGIÁRIOS** (morte acidental, indenização por invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médico-hospitalares) da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, com eventual substituição de segurado(s), que durante a vigência desta Ata de Registro de Preços poderão ser prestados a este Tribunal e estabelecer demais regras e condições pertinentes ao objeto e forma de contratação.

2 A existência de preços registrados não obriga o Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie.

3 Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital do Pregão de Registro de Preços nº xx/2019 do Termo de Referência e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.

CLÁUSULA II – DOS FORNECEDORES E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. O fornecedor é o que segue, na ordem de classificação:

1ª Classificada	
Razão Social: xxxxxxxxxxxx	
CNPJ: xxxxxxxxxxxx	Optante pelo Simples (Sim/Não): xxx
Endereço: xxxxxxxxxxxx	
Bairro: xxxxx	Cidade / Estado:
C.E.P.: xxxxx	E-mail: xxx
Telefone:	FAX:

Dados do representante da empresa	
Nome: xxxx	
Cargo: xxx	
Fone:	Fax:
E-mail:	CPF: xxx
Carteira de Identidade: xxx	Órgão Expedidor: xxx

2. Na existência de fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do vencedor, na sequência da classificação do certame, estes serão indicados, em termo anexo a esta Ata de Registro de Preços, para fins de formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013.

3. Os serviços a serem prestados, sua descrição, quantidades estimadas, bem como, o prêmio mensal unitário a serem praticados, são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Qtde. estimada	Prêmio mensal unitário (R\$)
01	SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS para ESTAGIÁRIOS da Justiça Eleitoral , conforme as condições do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão xx/2019)	Per capita	200	xx

3.1. As coberturas e demais normas relativas aos serviços constam nos Capítulos III e IV, do Termo de Referência (Anexo I).

4. As quantidades indicadas no item acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 12 (doze) meses, no período de **1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020**.

1.1. Caso a assinatura da ata ocorra após 01/01/2020, o período de vigência será de 12 (doze) meses, contados da última assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços.

2. A Ata de Registro de Preços será EXTINTA:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II- pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a ata de registro de preços esteja vigente.

CLÁUSULA IV - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

1. A contratada poderá solicitar a alteração do preço registrado, nos termos da legislação pertinente, especialmente o Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013.

2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

2.1. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

2.2. É de responsabilidade da contratada a apresentação, ao TRE/MS, da documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação e, portanto, da necessidade de alteração do preço registrado.

2.3. O TRE/MS analisará a documentação probatória apresentada pela contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.

3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.1 Caso o fornecedor não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5. Não havendo êxito nas negociações, o TRE/MS procederá à revogação da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO

1. A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar diminuir seu preço registrado, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes ou decorrentes de disposição legal e de comprovada repercussão;

d) Sofrer suspensão do direito de licitar por este Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/93.

e) Sofrer sanção prevista no inciso [IV](#) do caput do art. [87](#) da Lei nº [8.666](#), de 1993, ou no art. [7º](#) da Lei nº [10.520](#), de 2002 e

f) Estiverem presentes razões de interesse público.

2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

3. A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA VI - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por equipe de servidores do TRE/MS, especialmente designada para esta atividade, que acompanhará e fiscalizará o fornecimento dos equipamentos, verificará a conformidade do fornecimento, devendo manter registro das ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a fornecedora será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total empenhado, por dia de atraso, no início do seguro ou na inclusão de segurado, contado do 2º dia útil subsequente ao recebimento da relação de estagiários, até o 30º (trigésimo) dia de atraso. Após o trigésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total desta Ata, passível de rescisão;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado, caso a seguradora deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, bem como caso a seguradora se recusar a receber a Nota de Empenho, na forma prevista

em lei

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de desatendimento de demais cláusulas desta Ata, do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;

d) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total empenhado se a fornecedora negar-se a prestar o serviço, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta Ata, levar o TRE/MS ao cancelamento desta ARP, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

3.2. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente valor, caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

3.3. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

3.4. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

3.5. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

3.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

3.7. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

5. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de contratar, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do Tribunal Eleitoral.

6. As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA VIII – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

1. NÃO SERÁ PERMITIDA aos órgãos e/ou entidades não participantes A UTILIZAÇÃO desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IX - DAS DEMAIS CONDIÇÕES

1. As normas relativas a condições da execução do serviço e entrega do material, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como, outras pertinentes à contratação constam do Edital e do seu Termo de Referência – Anexo I.

2. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

3. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de email válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o email, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA X - DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande, xx de xxxx de 2019.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xx
Representante Legal da empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 08/08/2019, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0699188** e o código CRC **20CD8E82**.